



Brasília, 17 de junho de 2025.

PLENÁRIA NACIONAL – 13, 14 E 15 DE JUNHO

RESOLUÇÃO DE CONJUNTURA E PLANO DE LUTAS PARA A PLENÁRIA NACIONAL DA FASUBRA

A Conjuntura no mundo permanece difícil, em especial com o avanço da direita, capitaneado por Trump e seus aliados. As guerras em andamento, com destaque nas investidas desumanas de Israel sobre o povo Palestino, conta com o apoio americano e da União Europeia. O ataque de Israel contra o Irã se iniciou atingindo alvos militares e instalações de enriquecimento de urânio, avançando sobre prédios residenciais, afetando a população civil.

Não se deve compartilhar nenhum antissemitismo. Mas o Estado de Israel é um instrumento de destruição dos povos da região, em primeiro lugar do povo palestino. Instrumento do imperialismo, Israel é uma base avançada para a dominação do capital norte-americano na região.

Na América do Norte, o retorno do extremista e narcísico Donald Trump inaugura uma nova etapa, ainda mais grave, de ataques aos direitos civis. Em resposta, milhares de estadunidenses têm saído às ruas, em embates intensos inclusive com a Guarda Nacional, enviada por Trump para atacar os manifestantes contrários às detenções arbitrárias e à política anti-imigração do trumpismo.

O Brasil não fica imune aos impactos provocados pela conjuntura internacional. A extrema direita, que tentou dar o golpe em 2023, segue mobilizada e está avançando em diversas partes do mundo, e por outro lado há dispersão na esquerda e movimentos sociais. O governo Lula se encontra em momento frágil, e, mesmo se afastando de pautas do programa eleito, encontra dificuldades na governabilidade, inclusive na manutenção da estratégia de conciliação com o Congresso, que hoje está mais fortalecido com as emendas de relator e chantageia o executivo em inúmeras ocasiões.

Embora o governo tenha apresentado uma proposta de isenção do Imposto de Renda para trabalhadores/as que ganham até R\$5.000,00 (cinco mil reais) com taxaço dos super-ricos, a medida enfrenta forte resistência do Congresso, da grande mídia e do centrão. A chantagem do Congresso visa alterar o projeto para que a isenção não seja bancada pelos mais ricos, mas sim pelos próprios trabalhadores, através da criação ou modificação de outros impostos.

Ao mesmo tempo, a extrema direita vem dominando a disputa ideológica nas redes sociais e na grande mídia, ampliando sua influência política mesmo fora do poder executivo. Notícias negativas — como a crise no INSS e o aumento de preços — têm mais repercussão do que os avanços sociais e econômicos promovidos pelo governo. A popularidade de Lula sofre com

esse cenário e há riscos reais da extrema direita retomar o poder em 2026, com figuras como Tarcísio de Freitas e Romeu Zema, sendo preparadas para suceder Bolsonaro. Apesar dos resultados relativamente positivos — como crescimento do PIB em 3%, aumento da renda acima da inflação e queda do desemprego —, o governo Lula tem perdido apoio popular desde 2024. Isso se deve principalmente a alta dos preços dos alimentos, que impacta diretamente o cotidiano da população trabalhadora.

Esse desgaste é agravado por um modelo econômico que mantém o país subordinado aos interesses internacionais. Após o golpe de 2016, o Brasil aprofundou sua dependência com políticas como o Preço de Paridade de Importação (PPI) dos combustíveis e o desmonte de estruturas como a Campanha Nacional de Abastecimento (CONAB), o que favorece o agronegócio exportador e prejudica a agricultura familiar. A insegurança alimentar cresce enquanto o país se consolida como fornecedor de commodities para o mercado externo.

Embora o governo Lula tente reverter esse cenário com medidas como a retomada de estoques reguladores e o controle de preços agrícolas, as ações ainda são consideradas tímidas diante da gravidade da crise. Para romper com essa lógica de dependência, seria necessário um novo projeto de desenvolvimento baseado na soberania nacional, com foco em reforma agrária, reindustrialização voltada ao mercado interno, reestatizações estratégicas e enfrentamento direto ao capital financeiro e ao latifúndio.

POR UM GRANDE MOVIMENTO UNITÁRIO CONTRA A REFORMA ADMINISTRATIVA

Paralelamente, no que trata do Modelo de Estado e de Função Pública, a direita, com o mercado lança seu ataque com a retomada da Reforma Administrativa sob o nome de “Transformação do Estado.” Isso representa um grave ataque aos serviços públicos, para nós servidores e as políticas sociais criadas para a população. A proposta tenta enfraquecer os serviços públicos com propostas, como o fim da estabilidade, contratações por entrevista e avaliações de desempenho com critérios subjetivos — que são instrumentos que abrem margem para perseguições políticas e aparelhamento. A proposta não foi debatida com as entidades representativas dos servidores e avança sob influência de parlamentares do centrão e da base bolsonarista, com apoio da FIESP e da grande mídia.

Essa Reforma está vinculada ao Arcabouço Fiscal, que impõe limites aos gastos públicos e prioriza o pagamento da dívida, exigindo cortes em áreas essenciais como saúde, educação e assistência social. A grande mídia e o mercado pressionam por mais austeridade, enquanto o governo hesita entre ceder às exigências do capital financeiro ou cumprir sua agenda social.

As entidades sindicais e movimentos populares denunciam o projeto como parte de um processo contínuo de privatização, enfraquecimento dos servidores públicos e esvaziamento do Estado como agente de justiça e promoção social. Diante disso, é essencial que a FASUBRA e os movimentos sociais pressionem o governo para entrar na disputa ideológica com propostas concretas de superação desses problemas.

É preciso cobrar que os ministros Fernando Haddad e Esther Dweck deixem de lado os interesses do mercado e das elites e apliquem uma política econômica para o povo pobre e trabalhador, valorizando os serviços públicos.

PELO CUMPRIMENTO INTEGRAL DO TERMO DE ACORDO DE GREVE

Nessa complexa conjuntura política que nos exige realizar de forma combinada a luta contra a extrema direita que está forte no Congresso nacional e em diversos setores da sociedade civil; com a luta pela exigência de que o governo Lula implemente a agenda eleitoral que o elegeu no final de 2022, visando a ampliação dos programas sociais, o fortalecimento do serviço público oposto às diretrizes da reforma administrativa e no que se refere às Instituições Federais de Ensino, o cumprimento integral do Termo de Acordo 11/2024.

Para dar vazão à cobrança desta pauta e da nossa específica, que se refere ao cumprimento integral do Termo de Acordo de Greve 11/2024, é preciso uma real unidade no movimento sindical, em que FASUBRA e SINASEFE façam suas defesas para todas e todos que compõem o PCCTAE. Nesta luta, destacamos os seguintes pontos:

1. Implantação efetiva do RSC a partir de 01 de abril de 2026, para todo/as servidores e servidoras, ativos/as e aposentados/as independente de seu nível de escolaridade;
2. Aplicação das regras de transição da aceleração da progressão por capacitação para aposentados e aposentada/os conforme já aplicado para quem está na ativa;
3. Debate efetivo sobre a democratização das Instituições Federais de Ensino (Fim da lista tríplice, Paridade nas eleições para Reitores/as, Paridade na composição de todos os conselhos deliberativos e a possibilidade dos TAE concorrem para reitor);
4. Debate efetivo junto ao Ministério da Educação sobre a instituição (das 30 horas semanais) para todas trabalhadoras e trabalhadores técnico-administrativos em educação das Instituições Federais de Ensino;
5. Garantia da isonomia dos efeitos da nova estrutura salarial com o resultado de reajuste de 9% para médicos/as e médicos/as e veterinários/as, com seu retorno para a tabela salarial da Lei 11.091/2005, em regime de 20 semanais e com a possibilidade de

- extensão de carga horária, garantido a aplicação dos 9%, em isonomia aos demais cargos do Nível de Classificação E, com os respectivos retroativos;
6. A institucionalização do plantão 12 horas x 60 horas para trabalhadoras/es dos hospitais universitários e aplicação da hora ficta, nas instituições onde ainda não foram implantadas para todos e todas que trabalham em regime de plantão ou escala.
 7. Afastamento para pós-graduação (extensão do art. 30 da Lei nº 12.772/2012);
 8. Revisão das condições para concessão dos adicionais de insalubridade e periculosidade;
 9. Revisão do Decreto 9991/2019 que afeta o processo de elaboração e execução dos planejamentos e planos específicos de cada Instituição Federal de Ensino, com o retorno do plano de capacitação para as universidades e institutos, conforme já definido na CNSC/MEC.

A negativa do governo federal a esses pontos, sem qualquer diálogo com as entidades representativas (FASUBRA e SINASEFE), rompe com os princípios da isonomia e afronta diretamente o Termo de Acordo nº 11/2024, firmado em mesa de negociação.

A valorização do PCCTAE não pode — e não deve — se dar à custa da exclusão de qualquer segmento que o compõe. O PCCTAE possui uma lógica integrada, e sua qualidade depende do reconhecimento equânime de todas as funções que o compõem. É urgente e necessário que o governo federal reveja imediatamente essa decisão e restabeleça o compromisso firmado com a FASUBRA e o SINASEFE, reconhecendo os direitos dos aposentados e promovendo o pagamento do reajuste de 9% para médicos/as e médicos/as veterinários/as, com os respectivos retroativos. Por isso ressaltamos a necessidade de unidade entre as duas entidades nas mesas e grupos de trabalho. Só assim, será possível construir uma real defesa dos interesses da categoria.

Nesse sentido, é necessário intensificar a mobilização promovendo no decorrer de cada quinzena de julho (terça e quarta-feira), paralisações de 48 horas. Intensificando as mobilizações nos hospitais universitários, hospitais veterinários e todos os demais setores administrativos e aqueles onde atuam os servidores e servidoras, técnico-administrativos em educação.

CONSTRUIR O PLEBISCITO POPULAR!

O Plebiscito popular pelo fim da escala 6x1, pela isenção do Imposto de Renda para os que ganham até 5000 reais, entre outras pautas é uma iniciativa unificada de diversos movimentos sociais e sindicais, como as frentes Povo Sem Medo e Brasil Popular, UNE, MST, MTST e centrais sindicais. Seu objetivo é mobilizar a classe trabalhadora para pressionar por justiça tributária e melhores condições de trabalho, fortalecendo o diálogo direto da esquerda com o povo e promovendo mudanças reais na vida dos trabalhadores.

A proposta surge da necessidade de reconstruir um projeto de transformação social que se reconecte com os segmentos mais explorados da sociedade — juventude trabalhadora, mulheres, negros e negras e população LGBTQIA+. Essa reconexão exige independência política da esquerda em relação ao centrão e à direita, evitando que alianças táticas se tornem estratégias permanentes que diluam o conteúdo transformador do programa político.

O Plebiscito Popular se apresenta como o principal instrumento para a esquerda disputar corações e mentes, mobilizar e enfrentar a extrema direita tanto nas ruas quanto nas redes, apresentando três pautas populares e urgentes, a campanha visa reacender a esperança coletiva e conquistar vitórias concretas de maneira unitária, de forma a contribuir para a recuperação da luta de classes no Brasil.

PROPOSTA DE CALENDÁRIO DE LUTAS

- Dia Nacional de Lutas para o dia 26 de Junho de 2025 em defesa da recomposição orçamentária das Instituições Federais de Ensino e contra a Reforma Administrativa. Articular a construção desse dia nacional de lutas com outras entidades dos SPF.
- Datas de paralisações nacionais da categoria de 48 horas pelo cumprimento integral do termo de acordo;
- Proposta de dia nacional de luta com paralisação onde for possível, do conjunto dos SPF, e atos unitários pelo menos nas capitais contra a reforma administrativa;
- Constituição de comitês de luta contra a reforma administrativa que destrói os serviços públicos, articulado com os demais sindicatos de servidores das três esferas de poder (federal, estadual e municipal);
- Realização emergencial de uma Plenária virtual em Julho de 2025, caso seja necessário, para debater a luta contra a Reforma Administrativa;

- Realização de Plenária presencial na primeira quinzena de agosto de 2025 para debater a conjuntura nacional e o indicativo de greve.
- Intensificar a luta pela revogação do Decreto 10.620 que pretende passar as aposentadorias do serviço público para o INSS;
- A FASUBRA deve defender, junto à Andifes, que as universidades façam a revisão dos contratos atuais e definam para os contratos futuros a flexibilização da carga-horária semanal de trabalhadores(as) terceirizados(as), de 44h para 40h, sem qualquer redução de salários, conforme garantia recente implementada pelo governo federal através da Instrução Normativa 190/2024. Adicionalmente, que a federação oriente aos sindicatos de base que também promovam ações de cobrança dos gestores localmente em relação à implementação dessa flexibilização;
- Incorporação na agenda, do plebiscito popular, organizando atividades nos dias de coleta de assinaturas e manifestações construídas nos estados;
- Pautar junto à Mesa Nacional de Negociação Permanente, a equiparação dos benefícios e a instituição da data base;
- Orientar as entidades de base a participarem da 5ª Conferência de Políticas para as Mulheres no período de 29 de setembro a 1º de outubro;
- Participação da FASUBRA na construção da Marcha Nacional das Mulheres Negras no dia 25 de novembro de 2025.

PROPOSTAS APROVADAS

GREVE

A Plenária avaliou que não tem mobilização suficiente na base para indicação do indicativo de greve neste momento. Aprovou a manutenção do Estado de Greve e intensificação das mobilizações para que possamos reavaliar na próxima plenária que acontecerá na primeira quinzena de agosto.

A Plenária também avaliou que a reforma administrativa deve ser o ponto central da luta, neste momento, devido aos seus impactos nefastos para os serviços públicos e para os servidores públicos.

A Plenária avaliou ainda a necessidade da união de forças com os demais Categorias dos SPF para a tentativa de uma greve contra a reforma administrativa, pelo cumprimento integral dos acordos e contra os cortes de verbas para a educação.

REFORMA ADMINISTRATIVA

A FASUBRA orienta às suas entidades de base que:

- 1) Busquem construir fóruns estaduais e municipais em defesa do serviço público e contra a reforma administrativa que destrói os serviços e os servidores;
- 2) Intensifiquem da pressão sobre os parlamentares (deputados e senadores) nos estados, contra a reforma administrativa, apresentando as propostas da classe trabalhadora;
- 3) Pressionem os parlamentares com atos nos aeroportos e articulação de audiências públicas de debates sobre a Reforma, nos estados;
- 4) Enviem representação a Brasília, se possível, para ajudarem a pressionar os parlamentares em seus gabinetes;
- 5) Façam atividades formativas sobre a reforma administrativa demonstrando os perigos para os servidores e ao serviço público;
- 6) Busquem apoio das entidades internacionais como a ISP, a CEA, a CONTUA e a Confederação Sindical das Américas (CSA) contra a Reforma Administrativa;
- 7) Elaborem material sobre a reforma administrativa para subsidiar os Sindicatos de base para discussão com a população sobre os impactos da reforma nos serviços públicos;
- 8) Realizem assembleias presenciais contra a reforma administrativa, respeitando a autonomia dos sindicatos;

AÇÕES PARA A DIREÇÃO DA FASUBRA:

- 1) Dialogar com as demais entidades sindicais do Serviço Público Federal (FONASEFE) e demais movimentos sociais (UNE/UBES/FENET) para a construção de luta unificada no dia 26 de junho, com paralisação, contra a Reforma Administrativa;
- 2) Buscar construir e articular com os demais SPF a tentativa de preparação de greve geral do serviço público federal contra a Reforma Administrativa;
- 3) Propor às entidades que compõem o FONASEFE e as centrais sindicais uma plenária nacional do funcionalismo público para organizar a luta contra a Reforma;

- 4) Buscar, o mais urgente possível, sua inserção no rol de entidades ligadas aos servidores públicos que serão ouvidas nas audiências, reuniões e em qualquer fórum de debate sobre a Reforma Administrativa no Congresso Nacional, reafirmando seu posicionamento contrário;
- 5) Buscar estabelecer diálogo com a ANDIFES, CONIF e ABRUEM para debater a Reforma Administrativa, considerando que no dia 24/06, segundo calendário do GT da Câmara, serão ouvidas as universidades públicas;
- 6) Realizar um seminário das entidades estaduais para discutir as reformas no estado e o desmonte das universidades públicas estaduais, convidando as entidades que ainda não estão filiadas à Federação para participarem;
- 7) Realizar reuniões com os dirigentes de base para nivelamento das informações e quais ações serão realizadas para barrar a reforma administrativa.

TERMO DE ACORDO

- 1) A FASUBRA está autorizada a continuar a participar de todas as discussões sobre os pontos constantes no Termo de Acordo nº 11/2024 na CNSC-MEC, assim como na Mesas Setoriais e Bilateral do MEC;

AÇÕES PARA A DIREÇÃO DA FASUBRA:

- 2) Fazer levantamento junto aos Sindicatos de base e envolvendo as CIS sobre a implementação da transposição para a nova tabela salarial, as acelerações, progressões atrasadas e notificações do TCU para absorção do VBC;
- 3) Fazer campanha nacional em defesa das 30 horas para toda a categoria, sem redução de salário, com materiais impressos e para as redes sociais. Incluir essa pauta como uma das prioritárias para as próximas paralisações e a construção de uma semana de luta pela redução da jornada de trabalho, com paralisações e escalas para que todos trabalhem 6h diárias;
- 4) Construir a Campanha Lula Cumpra o Acordo de Greve;
- 5) Orientar os Sindicatos de base a darem conhecimento aos servidores sobre os impactos e os malefícios do Decreto nº 10.620/2021 para os aposentados e pensionistas;
- 6) Encaminhar solicitação de substituição do interlocutor do MGI, pois o Secretário Feijóo não tem mais condições de negociar com a Federação;

7) Construir uma Campanha virtual **FORA FEIJÓ!**

8) Entrar na campanha nacional organizada pelas Frentes Povo Sem Medo e Brasil Popular através de plebiscito na luta pelo fim da escala 6x1, redução do imposto de renda para quem ganha até 5 mil e a taxaço das grandes fortunas.

GERAL

A FASUBRA deve encaminhar documento a Presidência da República e ao Itamaraty requisitando o fim das relações diplomáticas com o Estado ilegítimo de "Israel" e seu regime sionista, pelos crimes contra a humanidade perpetrados no genocídio contra o povo palestino.

A FASUBRA deve encampar a luta contra o Projeto Lei nº 1663/2023 que trata do cancelamento da contribuição sindical via Internet, sem a necessidade de comunicação à entidade.

MOÇÕES

As moções aprovadas na Plenária, serão publicadas no Informativo de Direção, após análise da Assessoria Jurídica Nacional.

REUNIÃO NACIONAL VIRTUAL DE NEGRAS E NEGROS

A Direção Nacional da FASUBRA, representada pela Coordenação de Raça e Etnia, solicita que as entidades de base indiquem **até 3 (três) companheiras(os)** para sua representação no **GT Raça e Etnia**, e desde já, convida estas(es) companheiras(os) para uma **reunião nacional virtual**, a ocorrer no **dia 18 de junho de 2025, das 14h às 17h**.

A proposta é que essa reunião, além de obter informações sobre como está o trabalho das entidades sobre as questões relacionadas a Raça e Etnia, dê continuidade ao debate sobre o calendário de atividades e prioridade de temas a serem trabalhados, para a constituição de uma agenda e reuniões e para a organização do Encontro de Negras e Negros da FASUBRA a ser realizado ainda em 2025.

CALENDÁRIO

JUNHO	
18	Reunião virtual de Negras e Negros
30 a 10/07	Mobilização em Brasília, contra a Reforma Administrativa, conforme orientação da FASUBRA
26	Dia Nacional de Luta por recomposição orçamentária das IFE e contra a Reforma Administrativa
JULHO	
10 e 11	Encontro Jurídico e Seminário para discutir a decisão do STF sobre regimes e contratações (híbrido)
15 a 18	Seminário Internacional da CEA
17	Reunião virtual da Direção Nacional
18 e 19	Plenária virtual da FASUBRA – Avaliação das ações de combate à Reforma Administrativa
OUTUBRO	
06 a 10	XXXI Seminário Nacional da Segurança das IPES e EBTTs
23, 24 e 25	XXII Encontro Nacional de Aposentados
AGOSTO	
13 e 14	Reunião da Direção Nacional
15, 16 e 17	Plenária Nacional da FASUBRA
SETEMBRO	
26, 27 e 28	Seminário sobre Assédio Moral e Sexual
29 a 01/10	5ª Conferência de Políticas para as Mulheres
NOVEMBRO	
22, 23 e 24	Encontro Nacional de Negras e Negros
25	Marcha Nacional das Mulheres Negras